

Ministro da Defesa defende mais recursos e orçamento estável para o setor

A necessidade de recursos estáveis e previsíveis para manter a capacidade operacional das Forças Armadas foi o ponto central da audiência pública promovida nesta terça-feira (30) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O ministro da Defesa, José Múcio, afirmou aos senadores que o Brasil corre riscos ao manter um orçamento instável para a área, apesar de avanços recentes na indústria de defesa e em operações de soberania e ajuda humanitária.

– Eu vim atrás de ajuda. Somos o maior país da América Latina, temos 52% do PIB da região, mas as Forças Armadas não sei nem se estão entre as três primeiras. Temos bastante equipamento comprado, mas não temos dinheiro para comprar peças – declarou o ministro.

José Múcio apresentou dados sobre o crescimento global dos gastos militares e comparou-os com o cenário brasileiro, responsável por apenas 1% dos investimentos mundiais em defesa, apesar de ser a décima economia global.

De acordo com ele, em 2023 foram gastos US\$ 2,2 trilhões na área no mundo. Já em 2024 o número subiu para US\$ 2,7 trilhões e há expectativa de ampliação para este ano. Desse montante, ponderou, 52% de tudo o que foi investido em defesa veio somente dos Estados Unidos e da China.

INDÚSTRIA ESTRATÉGICA - O ministro defendeu o fortalecimento da indústria de defesa brasileira, que reúne 270 empresas estratégicas e gera 3 milhões de empregos. Ele citou recordes de exportações, que já superaram R\$ 2,5 bilhões em 2025, e marcos como o lançamento de fra-

ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO



> Na CRE, José Múcio disse que Forças Armadas precisam de orçamento previsível e pediu apoio à indústria nacional

gatas, submarinos e a ampliação do transporte aéreo, com os cargueiros KC-390 e caças Gripen.

– A base industrial de defesa é responsável por 3,6% do PIB nacional e é capaz de produzir desde submarinos e blindados até aeronaves tecnológicas e radares. Mesmo com orçamento restrito, temos avanços tangíveis que precisam de continuidade – ressaltou.

José Múcio também ressaltou que Exército, Marinha e Aeronáutica devem permanecer como instituições de Estado, alheias às disputas partidá-

rias. Ele destacou ainda a importância da integração entre diplomacia e defesa para a soberania nacional.

– Costumo dizer que a diplomacia e a defesa são como irmãos inseparáveis, duas armas à disposição do Estado para vencer a guerra da sobrevivência nesse mundo de constantes transformações – comparou.

PREVISIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA - O debate foi marcado pelo apoio de senadores a medidas que ampliam a previsibilidade orçamentária da área. O senador Jor-

ge Seif (PL-SC) defendeu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2023, que fixa em 2% do PIB o orçamento mínimo para a defesa.

– As Forças Armadas não podem ser tratadas como uma subclasse. O orçamento investido nessa área é ínfimo, e a PEC 55 busca corrigir isso – disse.

Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), é necessária a criação de uma fonte específica para financiar os investimentos, sem reduzir outras áreas essenciais.

– É preciso garantir investimen-

to adequado, mas com uma fonte própria e adicional, para não comprometer políticas de saúde e educação – observou.

Ao falar da PEC 55, o ministro defendeu que o patamar de 2% do PIB seria de difícil justificativa diante das carências sociais do Brasil, mas avaliou ser possível trabalhar com 1,5% da receita corrente líquida, com aumento gradual.

– Precisamos saber se vamos pagar a primeira prestação da munição, de um avião ou de um radar. Não se trata apenas de números, mas de

previsibilidade e continuidade. A defesa não pertence a um governo, mas ao país – concluiu.

FRONTEIRAS E MIGRAÇÃO - A segurança das fronteiras foi outro tema tratado na audiência.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) chamou a atenção para os problemas da fronteira seca de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, onde há intensa entrada de contrabando e drogas.

– São mais de 700 quilômetros de fronteira seca, que hoje estão dominados por facções e pelo tráfico. Essa é uma preocupação enorme para quem vive em regiões de fronteira – alertou.

O senador Chico Rodrigues (PS-B-RR) relatou os impactos da crise migratória venezuelana em Roraima, onde 120 mil venezuelanos vivem atualmente.

– Mais de 900 mil venezuelanos já passaram pela nossa fronteira. Os reflexos sociais, políticos e econômicos são fortíssimos sobre a população de Roraima – afirmou.

Em resposta, José Múcio defendeu o caráter humanitário da atuação do Exército em Roraima, que abriga migrantes da Venezuela pela Operação Acolhida.

– Durante muitos meses chegavam mil venezuelanos por dia, sem documento, sem roupa, pais e mães carregando filhos nos braços. Estamos exercendo em Roraima nosso papel de brasileiros e de solidariedade absoluta. A ONU classifica a Operação Acolhida como uma das mais justas do mundo – enfatizou.

Da Agência Senado
BRASÍLIA

CI aprova redução de contas de luz e água em calamidades públicas

Um projeto de lei que reduz as contas de luz, água e esgoto em situações de calamidade pública foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI) nesta terça-feira (30). O PL 124/2022, da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS). A matéria segue agora para as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE), que terá a decisão final.

A proposta altera a Lei 12.608, de 2012, para determinar a suspensão das parcelas da tarifa de energia elétrica referentes à antecipação do custo da energia (a exemplo das bandeiras tarifárias) para consumidores diretamente atingidos por calamidade pública. O texto também suspende qualquer corte do fornecimento por atraso ou falta de pagamento nesse período. Não serão cobradas multas ou juros correspondentes ao período de suspensão.

O custeio das medidas será coberto pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap) – para tanto, o projeto também altera a Lei 12.340, de 2010. O PL 124/2022 muda ainda a Lei 11.445, de 2007, para determinar que as concessionárias reduzam tarifas de água e esgoto em situações de calamidade pública.

Heinze é favorável à proposta, pelo fato de o projeto reconhecer a necessidade de manutenção de serviços essenciais como água, luz e esgoto sobretudo em situações de calamidade pública. O relator elogia o custeio pelo Funcap – e não, por exemplo, pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o que evita a

transferência dos custos para o restante dos consumidores.

Para ele, a medida é necessária para um modelo regulatório que "busca equilibrar solidariedade, sustentabilidade e proteção da dignidade humana".

"A proposição reafirma o compromisso do Estado com a justiça

social e com a eficiência regulatória. A modicidade tarifária é preservada ao impedir a socialização indiscriminada dos custos; as empresas são resguardadas mediante ressarcimento adequado; e as populações afetadas encontram no ordenamento jurídico uma rede de proteção que lhes garante a conti-

nuidade do acesso a serviços indispensáveis à vida", diz o relator.

ENERGIA EÓLICA E SOLAR - A CI aprovou nesta terça dois requerimentos apresentados pelo presidente da comissão, senador Marcos Rogério (PL-RO).

O REQ 74/2025 solicita informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre os impactos tarifários que podem recair sobre consumidores de energia, caso sejam aceitos pedidos de ressarcimento de geradores eólicos e solares devido a cortes de produção.

Marcos Rogério pede detalhes sobre os efeitos nas contas de luz, caso os pleitos das empresas avancem na Justiça ou por meio de emendas a medidas provisórias que tratam do tema e estão em tramitação no Congresso. O senador solicita ainda avaliação sobre os riscos de mercado assumidos pelos empreendedores na "rápida expansão" da geração renovável que, segundo ele, contribuiu para o aumento dos cortes de energia.

"É fundamental que a Aneel, como órgão regulador, garanta a proteção dos interesses dos consumidores, evitando que sejam onerados por situações que, em grande parte, derivam de um descompas-

so entre a expansão da capacidade de geração pautada por subsídios e a evolução da demanda por energia elétrica", argumenta.

O segundo requerimento (REQ 73/2025) do presidente da CI também pede informações à Aneel e ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre os resultados do Plano de Operação Energética de 2025 e dados relacionados aos avanços regulatórios recentes em prol da segurança do abastecimento do Sistema Elétrico Nacional.

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS - Outro requerimento aprovado pela CI (REQ 78/2025), de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), sugere audiência pública para apresentação de dados e análises do mais novo levantamento sobre a situação dos caminhoneiros autônomos no país.

O estudo foi elaborado pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos. Segundo Amin, para a realização da pesquisa, foram entrevistados mais de 2 mil profissionais da categoria em 12 estados, em todas as regiões. A data do debate ainda será agendada.

Da Agência Senado
BRASÍLIA

MUNICÍPIO DE PALOTINA				
RESOLUÇÃO - 30/2025-CMS A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Palotina no uso de suas atribuições e conforme previsto no Regimento Interno – Parágrafo Único do Artigo 14 e Artigo 15; DELIBERA QUE ; O conselho Municipal de Saúde de Palotina aprovou as contas e indicadores relativos ao 2º Quadrimestre de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde de Palotina, sendo consideradas aprovadas por este colegiado no dia 26 de setembro de 2025, em audiência pública em conjunto com a Câmara de Vereadores. Palotina, 26 de setembro de 2025. JULIANA ALVES BALDI Presidente Conselho Municipal de Saúde Registre –se e Publique –se; Andréia Sehn Secretária Executiva Conselho Municipal de Saúde				

MUNICÍPIO DE PALOTINA				
LEI Nº 7.113 <i>Dispõe sobre a prorrogação da vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado por meio da Lei nº 4.048, de 17 de junho de 2015 e dá outras providências.</i> Art. 1º - Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 2026, a vigência do Plano Municipal de Educação de Palotina – Paraná (PME), aprovado por meio da Lei nº 4.048, de 17 de junho de 2015, alterado pela Lei nº 5.671, de 4 de maio de 2021. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Paço Municipal “Luiz Ângelo De Carli” Em, 30 de setembro de 2025.				

MUNICÍPIO DE PALOTINA				
Edital nº 107/2025 Classificação Prévia Teste Seletivo Simplificado nº 87/2025 O Prefeito do Município de Palotina-PR, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital de Teste Seletivo Simplificado nº 87/2025, torna público a Classificação Prévia obtida pelos candidatos referentes ao Teste Seletivo Simplificado: Art. 1º - A classificação prévia dos candidatos no Teste Seletivo Simplificado, segundo pelo Edital 87/2025, para contratação por prazo determinado e emergencial de veterinário, fica definida conforme quadro abaixo:				
Nome	CPF	Nota prova de títulos	Situação	Classif
João Victor Amaral da Silva	027.xxx.xxx-18	39	aprovado	01
Pamela Suelen Piacentini Picolli	088.xxx.xxx-02	29	Aprovada	02
Carolina Fucks de Souza	332.xxx.xxx-82	10	aprovada	03
Art. 2º - Os candidatos poderão interpor recurso da nota obtida até o dia 02 de outubro de 2025, das 08h às 23:59, devidamente fundamentado, unicammete pelo site http://www.palotina.pr.gov.br , aba protocolo e dirigido à Coordenação de Recursos Humanos. Art. 3º - Este edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paço Municipal, em 30 de setembro de 2025				

MUNICÍPIO DE PALOTINA	
PORTARIA Nº. 475/2025 O Prefeito Municipal de Palotina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o Protocolo Nº 7.290/2025; RESOLVE: Art. 1º. – Constituir Comissão Especial para abertura de Procedimento Administrativo a fim de apurar possível ressarcimento, conforme Protocolo Nº. 7.290/2025 (José Luiz Giombelli Mariani). Art. 2º. – A comissão de que trata esta portaria será composta pelos seguintes membros, sendo presidida pelo primeiro: WESLEY RIBEIRO DA COSTA – MAT 2000; ISABEL MACHADO GONCALVES – MAT 2109; PAULOINO TEIXEIRA ROMANO– MATRÍCULA Nº 4004; Art. 3 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PAÇO MUNICIPAL LUIZ ANGELO DE CARLI, EM 30 DE SETEMBRO DE 2025.	

MUNICÍPIO DE PALOTINA	
SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2025 Venho por meio deste, no uso de minhas atribuições legais, SUSPENDER por prazo indeterminado o Pregão Eletrônico nº 077/2025, publicado Órgão Oficial “Jornal do Oeste”, na página 14, edição nº 11.574, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES FUTURAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, A PEDIDO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE , devido à necessidade de análise dos descritivos dos itens, conforme memorando 2.132/2025. Palotina, 30 de setembro de 2025. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.	

MUNICÍPIO DE PALOTINA	
SUSPENSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2025 Venho por meio deste, no uso de minhas atribuições legais, SUSPENDER por prazo indeterminado o Pregão Eletrônico nº 080/2025, publicado Órgão Oficial “Jornal do Oeste”, na página 12, edição nº 11.584, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAL DE PINTURA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES FUTURAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO, A PEDIDO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE , devido à necessidade de análise dos descritivos dos itens, conforme memorando 2.571/2025. Palotina, 30 de setembro de 2025. O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO.	

